

Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2015

Ofício Nº. 157/2015 – SMS

**À Controladoria Geral do Município
Dr. Cláudio Henrique Magalhães
Procurador do Município**

Assunto: Resposta sobre impugnação

Caríssimo Dr. Cláudio,

A respeito da solicitação de impugnação do processo de aquisição de prontuário eletrônico para a Secretaria de Saúde de Patos de Minas tenho a informar:

1. Quanto à alegação de que o edital ignorou o rol taxativo de Habilitação, deixando de exigir habilitação jurídica e habilitação técnica para o credenciamento e participação no certame, não está correta. Este processo, não ignorou nenhum requisito normativo, pois o edital exigiu a documentação para habilitação exatamente dentro dos permissivos legais, ou seja, exatamente aqueles contidos nos artigos 28 a 32 da Lei 8.666/93:

- A habilitação jurídica foi exigida nas alíneas h, i do Item 4.2.4 do Edital.
- A regularidade fiscal foi exigida nas alíneas j, k, l, m, n, o do item 4.2.4 do Edital.
- A qualificação técnica foi exigida nas alíneas f, g, p, t do Item 4.2.4 do Edital.
- A qualificação econômica foi exigida nas alíneas q, r, u do Item 4.2.4 do Edital.

2. Quanto à alegação de impossibilidade de assinar o Laudo de Vistoria junto à área de informática, comprovando ter feito vistoria técnica e tomado ciência de todas as informações necessárias à montagem dos planos de implantação e treinamento, conforme estabelecido no item 3 do edital, a empresa não está correta. A vistoria técnica serve para conhecimento dos serviços a serem prestados pelo contratado, momento em que são sanadas possíveis dúvidas quanto à implantação e treinamento da equipe que operará os sistemas.

Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2015

Durante a visita da empresa fomos pessoalmente aos prédios e departamentos solicitados pela empresa, a qual teve acesso direto e irrestrito a todos os profissionais e dados solicitados no momento da visita, em momento algum sendo pedido por esta a posse dos arquivos solicitados posteriormente. Como resultado da visita técnica, e dizendo-se satisfeito com as informações prestadas, a empresa, através de seu representante Vítor Santana Neto, assinou e recebeu cópia do laudo de vistoria, conforme cópia em anexo.

A empresa diz não ser possível ter o conhecimento sobre a implantação e treinamento porque os arquivos do CNES e CADSUS, Tabelas do SIA SUS e SIGTAP, Arquivos da PPI, Arquivos do PNI e Arquivos de Mapa Cartográfico somente serão entregues no momento da Avaliação Técnica prevista no item 3 do Termo de Referência do Edital. Porém, os layouts de todos os arquivos mencionados no edital estão disponíveis publicamente. Toda empresa prestadora de serviços de software para saúde possuem tais arquivos, pois se tratam de arquivos indispensáveis a qualquer software de gestão de saúde pública.

Os arquivos do DATASUS (CNES, CADSUS, SIGTAP, PPI, SIA, SI-PNI, dentre outros) são disponibilizados diretamente no sítio eletrônico do Ministério da Saúde. Já os arquivos em formato DXF para Mapa Cartográfico têm sua especificação amplamente difundida de forma aberta e gratuita na internet, onde também podem ser encontrados diversos exemplos para download. Porém, as informações municipais, próprias do Município de Patos de Minas, serão fornecidas aos licitantes somente para a Análise Técnica dos Sistemas, exatamente como respondido à empresa via e-mail. Não forneceremos os dados pessoais e privativos do Município senão apenas durante a Análise dos Sistemas, para manter a transparência do processo (entregando os arquivos somente na sessão própria e diretamente ao licitante) e evitar utilização indevida de informações municipais.

Então, não houve nenhuma omissão quanto às dúvidas apresentadas pela empresa. Pelo contrário. Todas as dúvidas foram respondidas nos momentos devidos.

3. Quanto à alegação de indevida a exigência de certidões ou atestados de capacidade técnica, constante do item 14 da impugnação, a empresa está incorreta. O edital deste processo

Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2015

não faz as exigências alegadas pela empresa que está impugnando o edital. O atestado de capacidade técnica é exigido conforme o artigo 30 II da Lei 8.666/93. Ao que parece, houve um equívoco da empresa na impugnação deste item.

4. Quanto à alegação de não haver no edital quais os documentos são de regularidade fiscal, a empresa aparenta equivocada ou desconhecidora da Lei 8.666/93, estando incorretas suas alegações.

5. Quanto à alegação de desconhecimento de sistema “integrado” com “troca dinâmica de informações”, a empresa aparenta equívoco ou desconhecimento sobre o objeto licitado. O termo “sistema integrado” é comum no ramo de Tecnologia de Informação. Significa ser necessário haver “troca dinâmica de informações”, ou seja, todos os módulos devem ser integrados, de modo a transferir/compatibilizar/adequar/efetuar informações instantaneamente entre si. Qualquer fornecedora de software de gestão entende o significado do termo “sistema integrado”.

Em relação a não haver no edital o tipo de plataforma a ser utilizado, exatamente para aumentar o rol de participantes o Município optou por receber aquele fornecido pela licitante. Nesta contratação, não se faz diferença entre a plataforma fornecida, mas sim às funcionalidades que o sistema deverá realizar. As empresas são livres para apresentar sistemas em plataforma web ou por terminal server. Porém, durante a Análise Técnica não se admitirá que as licitantes se conectem à internet, para evitar prejuízos à Análise, tais como cooperação externa, troca de informações pessoais municipais, dentre outros. Esta exigência não impede que um sistema desenvolvido em plataforma web seja apresentado ao Município, pois o mesmo deverá vir instalado para a Análise. Ou seja, todos os pacotes necessários à execução do sistema deverão estar instalados no equipamento a ser utilizado pelo licitante no momento da Avaliação Técnica.

Em relação ao prazo de 8 horas para a Análise dos sistemas, o item 3.4 do Termo de Referência do edital esclarece que este prazo “poderá ser prorrogado a critério da Comissão de Avaliação”. Ou seja, não existe motivo para questionar sobre tempo limitado para a exposição do sistema, pois o mesmo pode ser prorrogado pela Comissão que tem conhecimento e preparo

Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2015

suficiente para avaliar os sistemas e o prazo utilizado para a instalação dos arquivos fornecidos naquele momento e a exposição das funcionalidades deste sistema.

Exatamente para evitar privilégio a qualquer licitante, os arquivos não são fornecidos anteriormente ao dia da avaliação, ou em momento anterior ao previsto para a sessão, cumprindo-se a publicidade, isonomia e legalidade do processo.

6. Quanto à alegação da similaridade do item 5 do Termo de Referência deste Edital a editais de outros Municípios, inclusive com aqueles apresentados pela empresa que está impugnando este edital, é importante que seja esclarecido sobre a lisura com que este Município trata seus processos licitatórios. A empresa faz alegações com significada pretensão de que esta licitação é tendenciosa à contratação por determinada empresa. Porém, não é.

Os editais apresentados pela empresa são editais de pregão, enquanto estamos lidando com Concorrência Pública.

Atenciosamente,

**Chefe de Setor Tecnologia
da Informação
Sec. Mun. de Saúde
Prefeitura Patos de Minas**

Christiano Nascimento Amorim
Matrícula 15.285



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Saúde

CONCORRÊNCIA Nº 16/2014

LAUDO DE VISTORIA

Atesto, sob as penas da lei, que a empresa V.SANTANA AGÊNCIA WEB E SISTEMAS LTDA - CNPJ 15.145.494/0001-70, com sede à Rua 31ª, nº105 sala 07, setor Aeroporto CEP 74.075-470 – Goiânia/GO, realizou vistoria técnica tomando ciência de todas as informações necessárias à montagem dos planos de implantação e treinamento, conforme estabelecido no item 3 do edital cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para concessão de licença de uso de software com prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e customização para a área de Gestão de Saúde Pública do Município de Patos de Minas.**

Patos de Minas, 03 de fevereiro de 2015.

ALBERTO BESSA MELO
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 0968

VÍTOR SANTANA NETO
CPF 82850771104
RG 3481629